

TIPOS

- **Direitos políticos positivos:** participação ativa dos indivíduos na política
(Iniciativa popular, plebiscito, referendo)
- **Sufrágio** = Capacidade eleitoral **ativa** + Capacidade eleitoral **passiva**
 Alistabilidade + direito de votar → Direito de ser votado (elegibilidade)
- **Direitos políticos negativos:** limitam o exercício da cidadania
 = inelegibilidade + perda/suspensão dos direitos políticos

DIREITOS POLÍTICOS

ASPECTOS GERAIS

- Garantem a **participação** do povo no processo de condução da política nacional relacionados aos exercício da cidadania

CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

1. Nacionalidade brasileira
2. Pleno exercício dos direitos políticos
3. Alistamento eleitoral
4. Domicílio eleitoral na circunscrição
5. Filiação partidária
6. Idade mínima



35 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente • Vice-presidente • Senador
30 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Governador • Vice-governador
21 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado federal • Deputado estadual • Prefeito • Vice-prefeito • Juiz de paz
18 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Vereador

REGIMES:

1. Democracia direta → Povo exerce o poder diretamente sem intermédio de representantes
2. Democracia indireta → O povo elege representantes que governam o país
3. Democracia semidireta ou participativa → = direta (Iniciativa popular, plebiscito, referendo) + indireta (eleições)

IMPUGNAÇÃO DO MANDATO

- Ante a justiça eleitoral em **15 dias** da diplomação
 - Com provas de {
 - Abuso de poder econômico
 - Corrupção
 - Fraude
- Tramitará em segredo de justiça
- O autor responderá se temerária ou de manifesta má-fé

INELEGIBILIDADES

- Relativas: (não são exaustivas) → Lei complementar pode estabelecer outras
 1. Por motivos funcionais
 - No máximo 2 mandatos consecutivos no mesmo cargo (Aplica-se apenas aos cargos do poder executivo (do legislativo não!))
 - Para concorrerem a outros cargos, os chefes do executivo devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 meses antes do pleito

INELEGIBILIDADES

- **Absolutas:** (taxativas)
 1. Analfabetos
 2. Inalistáveis

DIREITOS POLÍTICOS

2. Por motivo de casamento
 - Afeta a elegibilidade de terceiros relacionados ao chefe do executivo no território de sua jurisdição
 - salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição
 - cônjuge, parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau ou por adoção
 - ou quem o haja substituído dentro de 6 meses anteriores ao pleito

AUSTAMENTO ELEITORAL

- **Obrigatório** → maiores de 18 anos
- **Facultativo** → {
 - Analfabetos
 - 16 e < 18 anos
 - > 70 anos
- **Vedado** {
 - Estrangeiros (portugueses equiparados podem!)
 - Conscritos (Durante o serviço militar obrigatório!)

3. Relativa à condição de militar

É eleito se cumprir:

1. Se < 10 anos de serviço

Deve afastar-se

2. Se > 10 anos de serviço

Será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente à inatividade no ato da diplomação

PRIVAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

- Em hipótese alguma há cassação dos direitos políticos **ATENÇÃO!**

SUSPENSÃO = temporária

- Prazo determinado ou não
- Reaquisição automática
- Hipóteses:
 - Incapacidade civil absoluta
 - Condenação criminal transitada em julgado
Enquanto durarem os efeitos
 - Improbidade administrativa

PERDA = definitiva

- Prazo indeterminados
- Reaquisição não automática
- Hipóteses:
 - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado
 - Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa

DIREITOS POLÍTICOS

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ELEITORAL



- A lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra até 1 ano da data da sua vigência

Mas ela já entra em vigor na data da sua publicação

PRECEITOS A SEREM OBSERVADOS

1. Caráter nacional
2. Proibição de recebimento de valores de governos estrangeiros ou submissão a eles
3. Prestação de contas à justiça eleitoral
4. Funcionamento parlamentar conforme a lei

ASPECTOS GERAIS

- São entidades de direito **privado**  Aquisição com a inscrição do ato constitutivo no registro!
- É **livre** sua 
 - criação
 - fusão
 - incorporação
 - extinção
- Devem **resguardar**:
 - Soberania nacional
 - Regime democrático
 - Pluripartidarismo
 - Direitos fundamentais
- Adquirem **capacidade política** com o registro de estatuto no TSE

partidos políticos


OUTRAS OBSERVAÇÕES

- Têm direito a:
 - Recursos do fundo partidário
 - Acesso gratuito ao rádio e TV
 Mas **cuidado!** Após a EC 97/2017, só serão concedidos aos partidos que cumprirem a **cláusula de barreira**
- Vedada a utilização de organização paramilitar
- Desde as eleições de 2020, foram vedadas as **coligações** nas eleições pelo sistema **proporcional**

CLÁUSULA DE BARREIRA:

1. Obtiveram nas eleições da Câmara dos Deputados $\geq 3\%$ dos votos válidos em pelo menos $\frac{1}{3}$ das unidades da federação, com $\geq 2\%$ dos votos válidos em cada uma; **ou**
2. Tiverem eleito ≥ 15 deputados federais em $\geq \frac{1}{3}$ das unidades da federação

AUTONOMIA PARTIDÁRIA

- Para definir 
 - Organização
 - Estrutura interna
 - Funcionamento
 - Coligações eleitorais
- Não** precisa haver vinculação entre as candidaturas nacional, estadual, distrital e municipal 